

Mesa Redonda**Autor Principal:** SIMONE VIEIRA DE SOUZA**Título:** VIOLÊNCIAS COTIDIANAS REINVENTADAS: O QUE A EDUCAÇÃO E AS PRÁTICAS INTERSETORIAIS NUMA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS TÊM A VER COM ISSO?**Financiador:**
Nome:**Eixo:** Acolhimento**Resumo:**

Em nosso país, é perceptível na sua história recente, mais, especificamente, entre os anos de 2003 a 2015, uma melhora significativa no que diz respeito à construção de políticas implicadas com a garantia de direitos; mas, é, também, inegável que nos anos subsequentes, 2016, 2017 e atual, vivemos num cenário que culmina com uma cultura de retrocessos, a que denominamos de Golpe de Estado. Os caminhos que trilhamos e precisaremos trilhar exigirá da Psicologia um olhar atento e vigilante à estrutura social, educacional, política, condições de trabalho, processos de exclusão social e aumento das desigualdades. Essa mesa se propõe a dialogar com um dado que interroga algumas práticas da Psicologia dentro do contexto educacional, e que por sua vez, interroga operadores conceituais e respectivas intervenções que escamoteiam a violação de direitos de estudantes e outros sujeitos produto e produtores do espaço escolar, sobretudo, ao se pensar um solo que nos deixa como herança uma história de conflitos e desmontes nas políticas sociais. Por fim, questões operadas pelos diversos coletivos chegam às escolas e às universidades, e essa mesa pretenderá contribuir para a reflexão e, quiçá, atualização discursiva de práticas necessárias, que possam servir de pano de fundo para se pensar a resistência, e fomentar diálogos implicados com uma prática garantidora de direitos, e, portanto, transformadora da realidade educacional.

:: FALAS**1) Autor:** SIMONE VIEIRA DE SOUZA

Instituição de Origem: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SANTA CATARINA - EIXO EDUCAÇÃO

Título: A APRENDIZAGEM COMO UM DIREITO DO ESTUDANTE QUE NÃO APRENDE ?NA ESCOLA?: SOBRE OS TEMPOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM NA ESCOLA 42699**Resumo:**

O contexto da medicalização cresce de forma assustadora e ganha contornos para além do campo educacional, portanto, capturou a vida em todo o seu devir. Há quem afirme que se trata de uma epidemia de diagnósticos e não de doenças. Problemas de diferentes aspectos são compreendidos como doenças, transtornos, distúrbios que transformam questões políticas, sociais, culturais, afetivas que afligem a vida das pessoas em questões de ordem do indivíduo. Dito isso, abordaremos alguns operadores conceituais, técnicos e éticos implicados nesse viés hegemônico de compreensão do fenômeno. E, assim, na contramão de uma cultura de silenciamento dos corpos e de patologização das vidas e dos processos de escolarização, apresentaremos uma interlocução com uma cultura afirmativa e garantidora de direitos às crianças e adolescentes, tendo como mote a radicalidade quando se assume a defesa de uma Educação Inclusiva para todas e todos, ou seja, uma Educação no diálogo estreito com as Políticas Públicas, e nessa direção, somos, necessariamente, convocados/as a tecer outros possíveis.

* Limite máximo de 300 palavras.

2) Autor: DENISE CORD

Instituição de Origem: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Título: PSICÓLOGOS(AS) ARTICULANDO PRÁTICAS INTERSETORIAIS NA ESCOLA: EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE E A PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO À QUALIDADE DE VIDA**Resumo:**

Objetiva-se refletir sobre a importância das práticas intersetoriais mediadas por psicólogos(as) atuantes no contexto escolar, como forma de minimizar a adesão aos encaminhamentos medicalizantes às queixas escolares. O discurso biomédico hegemônico pouco foi desconstruído em décadas de uma relação tensa entre educação e saúde no país, prevalecendo a discursividade e a determinação de práticas que sobrepõem, verticalmente, os saberes médicos sobre saúde à apropriação da temática a partir de abordagens críticas, construtivas e colaborativas sobre o tema. Ações intersetoriais, ou seja, que articulem saúde e educação são difíceis de implementar porque exigem o tempo da construção de vínculos de confiança e de troca. Sem este tempo, acabam por representar apenas uma justaposição de agendas que não cedem em suas perspectivas normalizadoras e normatizadoras. Neste sentido, discuto a importância da mediação de profissionais da psicologia em atividades que visem a promoção e a prevenção em saúde articulada ao direito humano à qualidade de vida. Qualidade de vida sendo definida aqui como um complexo de significações e de experiências que dizem respeito tanto ao bem-estar subjetivo quanto ao bem-estar social.

3) Autor: EMATUIR TELES DE SOUSA

Instituição de Origem: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SANTA CATARINA - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Título: A PSICOLOGIA RESISTE! ENFRENTAMENTOS AS PRÁTICAS E DISCURSOS QUE DESLEGITIMAM O CAMPO DE ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADES NO CAMPO DA EDUCAÇÃO**Resumo:**

É inegável que a Psicologia como ciência e profissão possui importante contribuição nos debates de gênero e sexualidades, sobretudo para a desnaturalização de posições rígidas sobre orientação sexual, identidade de gênero e enfrentamento de situações de violências. Entretanto, temos observado no cenário brasileiro, circunstâncias em que discursos conservadores tomam força e fragilizam a efetividade das conquistas de Direitos Humanos para diversas pessoas historicamente excluídas, negando os seus direitos de humanos. Estas posições, respaldadas em sua maioria por um discurso moral/religioso têm sido observadas nas esferas do legislativo e vetado projetos de leis (PL) que visam à consolidação dos Direitos Humanos. Apesar de oficialmente não ser permitido ao Estado estabelecer vínculos com grupos religiosos, a interferência de determinados segmentos nestas decisões é explícita. Contrariando, assim, os princípios de cidadania e dignidade da pessoa humana, previstos pelo Art. 1º da Constituição Federal do Brasil de 1988. No âmbito da Educação, estes discursos se pautam numa falsa ideia de ?ideologia de gênero? ? que teria sido produzida com o propósito de desestruturar os valores tradicionais da família, e afirmam que a sexualidade e gênero seriam privativos ao âmbito familiar. Entretanto, são argumentos que além de deslegitimar estudos produzidos por diferentes frentes, nacionais e internacionais, ignoram as políticas públicas e a responsabilidade social da Educação. Neste cenário, a psicologia deve estar compromissada com o potencial crítico, político

e emancipatório dos sujeitos, de modo a não reificar práticas reguladoras e normatizadoras. Cabe, então, a problematização dos possíveis efeitos destas práticas político-sociais, considerando os processos de singularização, diversificação e diferenciação.